



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, Brasília/DF, CEP: 70.730-542

Fones: (61) 2028-2076/2075; Fax: (61) 2028-2015

E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

ENCAMINHAMENTOS DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNRH



DATA: 19 e 20 de dezembro de 2017

HORÁRIO: 9h às 18:30h.

LOCAL: Auditório do Ministério do Meio Ambiente, localizado no SEPN 505, Lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz, Brasília/DF.

• ABERTURA

O Secretário Executivo do CNRH e Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Jair Vieira Tannús Junior, iniciou a 39ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Informou que a Agenda do Dia e demais documentos foram encaminhados anteriormente quando da convocação. Não havendo solicitação de requerimento de urgência e de alteração de pauta deu início aos trabalhos.

1. Aprovação da Ata da 38ª Reunião Extraordinária do CNRH.

Encaminhamento: Ata aprovada sem alterações.

ORDEM DO DIA

2. Apresentação de parecer e deliberação sobre a matéria que foi objeto de pedidos de vista na 38ª Reunião Ordinária do CNRH.

- Proposta de Resolução que “Dispõe sobre o procedimento para atualização dos preços públicos unitários cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, de que trata a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997”.

Inicialmente, o Secretário Executivo do CNRH esclareceu que, na 38ª Reunião Ordinária do CNRH, a matéria foi objeto de seis pedidos de vista por parte dos setores usuários representados por: Irrigantes (CNA e IRGA); Indústria (FIEMG e FIEB); Pesca, Turismo e Lazer; e Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Conforme determina o art. 13 do Regimento Interno do CNRH, os pedidos de vista requerem a apresentação dos pareceres com as justificativas e encaminhamentos propostos para matéria por parte dos conselheiros que o solicitaram. Durante a 39ª Reunião Extraordinária do Colegiado foram ouvidas as argumentações, seguindo-se das manifestações da plenária e a votação da matéria, conforme síntese apresentada na sequência.

Apresentações

- a) Pela Indústria, a Advogada Larissa Schimidt, da Pinheiro Mourão Raso e Araújo Filho Advogados, apresentou algumas das considerações constantes do Parecer Jurídico elaborado a pedido da Confederação Nacional da Indústria. Colocou que os princípios da descentralização e participação social não estariam sendo respeitados pela proposta. Que o preço público não é tributo e não pode ser indexado. Enfatizou que estava havendo uma avocação ilegal por parte do CNRH ao tratar do tema.
- b) Representando os Irrigantes e utilizando o tempo cedido pelas Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, o Advogado Tácito Ribeiro de Matos, da KFURI Advogados, colocou que cobrança não tem função arrecadatória e que cabe ao comitê definir o valor. Ressaltou que a gestão da bacia deve ser feita sob medida, para cada caso. Quanto a adoção do IPCA/IBGE como indexador da cobrança, considera que não é possível estabelecer um critério genérico aplicável a todas as bacias, como se pretende na resolução. Destacou a segurança jurídica e o princípio da eficiência.
- a) Conselheiro Wilson de Azevedo Filho (Pesca, Turismo e Lazer) – Endossou os argumentos apresentados anteriormente, reforçando o posicionamento contrário à aprovação da proposta de resolução. Destacou que deve haver articulação entre os segmentos para trazer à apreciação do Conselho uma proposta acordada. Para ele a norma traria insegurança jurídica, podendo inviabilizar os investimentos na bacia.

Realizadas as apresentações, o Secretário Executivo abriu a palavra para manifestações e esclarecimentos. Os presidentes da CTCOB e CTIL informaram como se deu a tramitação da matéria nas respectivas câmaras. A Conselheira Patrícia Boson (FIEMG) chamou atenção para o fato de o tema não ter sido discutido no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH). Informou que alguns comitês se manifestaram contrários à proposta de atualização dos preços públicos unitários. O representante da CNI, Percy Soares Neto, apresentou gráfico com a percentagem do saldo em caixa das Agências Delegatárias. Segundo ele, os valores aplicados na bacia estavam abaixo dos arrecadados, havendo sobra de recursos. O Conselheiro Paulo Samuel (Comitês) leu a carta encaminhada pelo Coordenador Geral do FNCBH, em que esse reitera o posicionamento favorável à proposta de resolução. O Conselheiro Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) destacou que a proposta se aplicava somente aos comitês de domínio da união e que dava liberdade ao comitê de propor outras formas de ajuste dos preços. Após amplo debate, com manifestações contrárias e favoráveis, inclusive com sugestões de aprimoramento do texto, a proposta de resolução foi colocada em votação.

VOTAÇÕES

Quanto a proposta de Resolução

- i. Colocou-se em votação o encaminhamento proposto pelos usuários, qual seja, de rejeição da matéria e envio do tema aos Comitês de Bacias para discussão.
Encaminhamento não aprovado, por quatorze (14) votos a favor e vinte e um (21) contra.
- ii. Votou-se o texto base, ressalvados os destaques que foram avaliados na sequência.
Texto base aprovado com vinte e quatro (24) votos a favor e quatorze (14) votos contrários.

Quanto aos destaques à proposta de Resolução

- i. Alteração do § 2º do Art.2º, sugerida pelo Conselheiro Fabiano Chaves, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPG)

§ 2º Para o exercício de 2018 e anos subsequentes, aplicar-se-á a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente no interstício de 12 (doze) meses, apurado em outubro do ano anterior.

“A partir de 1º de janeiro de 2018, para cada exercício financeiro será aplicado ao preço público unitário a variação do IPCA/IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, apurada em outubro do ano anterior.” (Proposta MPG)

Permaneceu a redação original. Foram contabilizados quatro (4) votos a favor, vinte e dois (22) votos contrários e doze (12) abstenções.

- ii. Proposta de se alterar o art. 3º.

Art. 3º Os Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União deverão sugerir, no prazo de um ano, a adequação de mecanismos e atualização de valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, de forma a recompor os preços públicos unitários, tendo por base a data da última aprovação de seus valores pelo CNRH.

Aprovada com dezoito (18) votos a favor e quinze (15) contrários.

- iii. Aprovado o encaminhamento de alteração do art. 3, passou-se ao aprimoramento do texto, tendo como base o destaque apresentado pelo Conselheiro Gustavo Willy Rodrigues Silva, da Confederação Nacional do Transporte (CNT). Foi formada uma comissão, representada pelos diferentes segmentos, que elaboraram a seguinte redação:

Art 3º - Os Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União poderão submeter à aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, na forma do disposto nos artigos 35 e 38 da Lei nº 9433/1997, até o dia 30 de junho de cada ano, mecanismos de adequação e atualização de valores a serem cobrados no ano subsequente pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União.

§1º A adequação de que trata o caput deverá garantir a compatibilidade entre os valores arrecadados e os valores a serem aplicados na aquisição de bens e nas atividades operacionais e administrativas das agências de bacias ou entidades delegatárias e comitês, observados os princípios da valorização da água e da capacidade contributiva dos usuários.

A nova redação foi aprovada com dezenove (19) votos a favor, quatro (4) votos contrários e dez (10) abstenções.

iv. Proposta de emenda ao art. 2º, em referência ao art. 3º:

Art. 2º Os preços públicos unitários definidos para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União serão atualizados com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou de índice que vier a sucedê-lo, **observado o disposto no artigo 3º.**

Emenda aprovada com vinte (20) votos a favor, dois (2) votos contrários e dez (10) abstenções.

Encaminhamento: Resolução aprovada, com alterações.

3. Deliberação sobre propostas de Resolução que:

3.1. Altera a Resolução CNRH nº 97, de 17 de dezembro de 2008, que “Altera a Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de junho de 2000. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Cobrança – CTCOB.

A presidente da CTCOB, Livia Soalheiro e Romano, explicou o processo de tramitação da matéria na CT e, na sequência, passou à leitura da resolução como um todo. O Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut (MMA/SRHQ) solicitou a exclusão do § 4º artigo 2º, que trata do prazo para iniciar o processo de consulta referente ao biênio 2019/2020.

VOTAÇÕES:

- i. Votação do texto base, ressalvados os destaques que foram votados na sequência. Aprovado com duas abstenções.
- ii. Votação do destaque de exclusão do § 4º do artigo 2º. Aprovado com duas abstenções.

Art. 2º Os parágrafos 3º e 4º do art. 3º da Resolução CNRH nº 70, de 2007, alterados pelo art. 1º da Resolução CNRH nº 97, de 2008 passam a vigorar com a seguinte redação:

“

~~§ 4º A Secretaria Executiva do CNRH, até o dia 20 de dezembro de 2017, iniciará o processo de consulta referente ao biênio 2019/2020.”~~

Encaminhamento: Resolução aprovada, com alterações.

3.2. Estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira – CTCOST, para o mandato de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2019. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

A matéria foi apresentada pelo Sr. Sergio Gonçalves, presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, que explicou os procedimentos adotados para realizar a recomposição da Câmara Técnica, conforme prevê o Regimento Interno do Conselho. Informou que as 17 vagas previstas foram preenchidas e que na ordem da suplência ficou a representação dos Consórcios e Associações Intermunicipais. Não havendo objeção aos pleitos apresentados, a nova composição da CTCOST foi aprovada pela plenária.

Encaminhamento: Composição da CTCOST aprovada sem alteração.

3.3 Proposta de Resolução que Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o exercício de 2018. Matéria encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL.

A matéria foi apresentada pelo Sr. Sergio Gonçalves, presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, que explicou a motivação legal para elaboração da proposta e a tramitação na Câmara Técnica. Ressaltou que os valores propostos eram uma expectativa, uma vez que o orçamento da União ainda seria aprovado.

Encaminhamento: Resolução aprovada sem alterações.

4. Relatório de Segurança de Barragens 2016. Apresentação do Parecer elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Análise de Projetos (CTAP/CNRH), em atendimento as Resoluções CNRH 144/2012 e 178/2016.

A Conselheira Jussara Cruz, relatora do Grupo de Trabalho instituído no âmbito da CTAP, apresentou como se estruturou a análise do Relatório de Segurança de Barragens 2016 e as principais conclusões e recomendações. Salientou que os aprimoramentos apontados deveriam ser observados quando da elaboração dos próximos relatórios.

O representante da ANA, Rodrigo Flecha, enfatizou como fundamental que o RSB tenha o seu devido peso no cenário nacional, sobretudo quando se tratar dos recursos para operação, manutenção e recuperação. Para isso, o Congresso Nacional deveria ter maior protagonismo para dar consequência ao que estava exposto nas recomendações.

A Conselheira Thereza Christina da Silva P. Castro (ONGS-Clube de Mães Santa Luzia) propôs complementação ao Parecer da CTAP, nos seguintes termos:

i. Item IV, 66. Inclusão na alínea a) ..., “método construtivo (alteamento/montante/centro/jusante)”, ...; e

ii. Item IV, 68. Inclusão da alínea “f) que sejam avaliadas novas referências técnicas para a disposição de rejeitos de mineração de modo a contribuir para a segurança do meio ambiente e da sociedade”.

Realizadas as complementações, o Secretário Executivo perguntou aos conselheiros se poderia considerar aprovado o parecer. Esclareceu que a Lei de Segurança de Barragens não prevê a aprovação do RSB, mas sim, a apreciação. Em sendo assim, o parecer com as contribuições apresentadas pelas ONGS foi aprovado e o RSB apreciado pela plenária do Conselho.

Encaminhamento: Relatório de segurança de Barragens 2016 apreciado pelo CNRH, cabendo à Secretaria Executiva elaborar expediente encaminhando o documento ao Congresso Nacional, conforme determina a Lei 12.334/2010 e a Resolução CNRH 178/2016.

5. Apresentações

5.1. Monitoramento da implementação da Resolução CNRH nº 181/2016, que aprovou as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.

Apresentação realizada pela Coordenadora Adriana de Fátima Lustosa, do Departamento de Recursos Hídricos (SRHQ/DRH).

5.2. Proposta de alterações nas Leis 9.984/00 e 11.445/07: Revisão do Marco Legal do Saneamento.

Para debater este tema foram convidados representantes da Casa Civil da Presidência da República, da Secretária Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades e da Agência Nacional de Águas. Em função da agenda e de recentes mudanças nessas instituições, não foi possível discutir a matéria. O Diretor do DRH/SRHQ, Sr. Sergio Gonçalves, fez um breve relato sobre a proposta de alteração desses dois importantes marcos legais. Informou a Casa Civil havia encaminhado uma apresentação que seria disponibilizado a todos. Disse, por fim, que o assunto seria novamente pautado no CNRH, ocasião em que se traria informações atualizadas sobre a tramitação da proposta.

5.3. Projeto Legado e o planejamento de seus encaminhamentos previstos para o 8º Fórum Mundial da Água.

A apresentação foi realizada pelos representantes da ANA, Sr. Mauricio Andres e Paulo Libânio.

6. Assuntos Gerais

O Conselheiro João Clímaco (Fonasc) - discorreu sobre o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai e supostos equívocos na condução do processo. Solicitou, ainda, a criação do GT para acompanhamento das ações no rio Doce.

O Conselheiro Luis Henrique Magalhães Noquelli (CERH/MT) – informou que o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai foi aprovado pelo Grupo de Acompanhamento do Plano. Esclareceu as críticas apresentadas pelo Conselheiro João Clímaco.

A Conselheira Jussara Cabral Cruz (ABRH) - apresentou o manifesto da ABRH elaborado no XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Dentre os pontos levantados, salientou a importância da ciência e a tecnologia para alcançar sustentabilidade e segurança hídrica.

O Conselheiro Ivo Mello (Irrigantes) - pediu a que a CTGRHT volte a se reunir e informou sobre reunião ocorrida em Artigas da comissão do rio Quaraí.

A Conselheira Thereza Christina da Silva P. Castro (ONGS) – relatou problemas ocorridos no Maranhão e pediu ajuda ao CNRH. Foi solicitado que ela fizesse o pedido por escrito.

7. Encerramento

Concluídos os informes e, na ausência de outros assuntos a tratar, o Secretário Executivo do CNRH retomou a palavra. Agradeceu a presença de todos os Conselheiros, dos presidentes de câmaras técnicas e demais convidados, desejou feliz natal e próspero ano novo e, declarou encerrada a 39ª Reunião Extraordinária do CNRH no dia 19 de dezembro.